

Congresso parado não vota grandes questões nacionais

Christiane Samarco

BRASÍLIA — A inércia do Congresso, que consumiu os primeiros 30 dias de trabalho sem conseguir votar uma só matéria, e apenas ontem conseguiu instalar suas comissões técnicas, está deixando fóra do debate nacional e da definição do Legislativo uma dezena de projetos considerados fundamentais para o país. A lista de pautas prioritárias, que não destoa muito na avaliação da esquerda ou da direita, do governo ou da oposição, inclui desde o Emendão do governo, que vai alterar a economia do país, até o projeto que trata da participação dos empregados no lucro das empresas.

Na quarta-feira, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), estabeleceu quase 2 mil aposentados que lotaram as galerias do plenário ao explicar que o projeto que trata das aposentadorias não poderia ser votado, porque dependia de parecer técnico de comissões que nem sequer haviam sido instaladas. "O Congresso está paralisado, sem ru-

mo, distante dos seus representados e sem uma agenda articulada que leve a instituição para o centro das grandes questões nacionais", resume o deputado Paulo Hartung (ES), que deixa o PSDB para ingressar no PDT na próxima segunda-feira.

"O governo não quer que o Congresso funcione para sair do sufoco das denúncias de corrupção e da crise com os aposentados", analisa o deputado José Genoino (PT-SP). Beneficiado pela lentidão do Legislativo, que empurrou para a próxima semana o destino do decreto presidencial que adia para 1993 o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados, o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), responsabiliza as eleições municipais deste ano pelo imobilismo dos parlamentares. Mas, para o ex-líder do PTB Gastone Righi (SP), não é só ao governo que a falta de agilidade está servindo. Ele lembra o protesto da deputada Beth Azize (PDT-AM) contra o adiamento da votação, acusando o PMDB de

usá-lo para garantir espaço na mídia por mais uma semana.

"Estamos denunciando há muito tempo este acordo de patifes do bloco governista com o PMDB, sempre por baixo do pano, como no episódio dos aposentados", diz Righi. Embora representem forças distintas no parlamento, Gastone e Genoino têm um ponto em comum: os dois lutaram para descongelar a relação PFL/PMDB, tentando formar blocos partidários que alterariam a correlação de forças na Câmara. Genoino propôs a criação do bloco das esquerdas, mas a ideia não vingou. O bloquinho — PTB, PDS, PDC e PL — foi dinamitado pelo governo, a quem não interessava concorrência para o bloco PFL-PRN-PSC, com 125 deputados.

O fim do bloquinho acabou complicando a escolha dos líderes do PDS e do PTB. E como o PDT e o PMDB também enfrentaram disputas internas pelo comando de suas bancadas, a crise quase generalizada das lideranças acabou atrasando a estruturação do poder, im-

prescindível para começar os trabalhos. Sem o acerto interno nas bancadas, não era possível fechar o cômputo geral dos partidos, para a divisão das vagas nas comissões técnicas, de acordo com a proporcionalidade da representação de cada legenda na Câmara. A conta final só foi fechada pela Mesa Diretora na terça-feira passada.

A Comissão Mista de Orçamento, que pelas normas regimentais deve ser instalada no dia 16 de março, ainda não tem data para entrar em funcionamento, embora a revisão do Plano Plurianual do Governo já esteja à disposição dos parlamentares na burocracia da comissão. Este fato gerou uma situação inédita, em que alguns parlamentares que participaram da comissão no ano passado tentaram adiar o prazo para emendas ao plano, que já se esgotou. "O que vocês estão fazendo é uma loucura", protestou o senador Espíridião Amin (PDS-SC). "Isso aqui é uma reunião-fantasma. Só eu que existo, porque fui indicado para participar da comissão este ano."

Projetos abandonados

A relação de projetos à espera de votação pelo Congresso Nacional inclui pelo menos sete questões importantes:

- Projeto de privatização dos portos;
- Revisão do Plano Plurianual do Governo;
- Projeto de privatização da concessão de serviços públicos;
- Projeto que trata da propriedade industrial;
- Projeto que fixa uma política de reajuste para o salário mínimo;

- Projeto que trata da participação dos empregados no lucro das empresas;
- O Emendão do governo, que trata da reforma do Estado, da modernização da economia e da reforma fiscal, além do avocatório — projeto que permite ao Supremo Tribunal Federal avocar para si todas as ações sobre o mesmo assunto, que estão correndo em instâncias estaduais, quando solicitado pelo Executivo.

CONAPE EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os anistiados do Sistema Petrobrás, em todo o território nacional, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará na sede do Sindicato, à Avenida Presidente Vargas, nº 502, 21º andar, Centro, nesta cidade, no dia 09/04/92 (Quinta-Feira), às 18:00 horas, em primeira convocação ou às 18:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número presente, para deliberarem especificamente sobre a aprovação dos Estatutos da Associação Nacional dos Anistiados da Petrobrás-Conape, bem como eleição da Diretoria da Entidade.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1992.
Emanoel da Silva Rego
Coordenador Nacional